



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2026**

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial, para realização de diagnóstico e reparo nas redes elétrica e hidráulica das Salas 603, 604, 605 e 606 do Edifício Alexandre Buaiz, localizado na Rua Florentino Ávidos, n. 502, bairro Centro, Vitória/ES.

1.2. Constan no Apêndice I deste Termo de Referência fotos para contextualização do ambiente em que deverão ser realizados os serviços.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação é imprescindível para preservar a integridade física do imóvel próprio do Core-ES, uma vez que garante condições de uso seguro e salubre, mitigando riscos à saúde e segurança de pessoas e patrimônio documental.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços serão divididos em 02 (duas) etapas: diagnóstico e reparo.

3.2. 1ª Etapa: Diagnóstico:

3.2.1. A empresa contratada deverá realizar diagnóstico tanto na rede elétrica quanto na rede hidráulica das salas.

3.2.2. Após o diagnóstico, o profissional competente deverá emitir **laudo/documento equivalente** destacando todos os serviços necessários para garantir a plena funcionalidade das redes elétrica e hidráulica das salas.

3.2.2.1. O laudo – ou outro instrumento cabível – deverá, ainda, contemplar uma **tabela de reparos**, em que sejam destacados todos os reparos necessários, inclusive com apontamento do **preço** para cada reparo necessário.

3.3. 2ª Etapa: Reparo:

3.3.1. A empresa contratada deverá realizar todos os reparos apontados no(s) laudo(s) após a conclusão da 1ª etapa do serviço para garantir o pleno funcionamento das redes elétrica e hidráulica das salas.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

3.4. O prazo máximo para a conclusão das etapas é de **15 (quinze) dias úteis**, contador a partir da celebração do contrato.

3.4.1. A prorrogação do prazo indicado no item 3.4 só será concedida mediante prévia e fundamentada justificativa apresentada à Administração.

3.5. Caso seja necessária alguma intervenção que cause muito ruído ou perturbação semelhante, considerando que se trata de Edifício Comercial e tendo em vista as limitações impostas pelo Regimento Interno do Condomínio do Edifício Alexandre Buaiz, a execução do serviço deverá se dar nas seguintes circunstâncias temporais:

3.5.1. Durante a semana, das 19h à 00h;

3.5.2. Aos sábados, das 13h às 20h; aos domingos, das 8h às 18h.

3.6. Os horários e dias deverão ser agendados previamente com o Core-ES.

3.6. Caso seja constatado que as intervenções necessárias não causarão nenhum tipo de incômodo, os reparos poderão ser realizados em horário comercial do Edifício.

3.7. Em qualquer caso, a 1ª Etapa (diagnóstico) poderá ser realizada em horário comercial do Edifício.

ITEM	SERVIÇO	CATSER	QUANT.	VAL. UNIT.	VAL. TOTAL
1	Diagnóstico em rede elétrica	1627	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
2	Diagnóstico em rede hidráulica	1627	1	R\$ 1.360,00	R\$ 1.360,00
3	Manutenção – rede elétrica	1627	1	R\$ 3.530,00	R\$ 3.530,00
4	Manutenção – rede hidráulica	1627	1	R\$ 3.489,99	R\$ 3.489,99
Valor total estimado					R\$ 11.379,99

4. DA VISTORIA NO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. Os serviços objeto desta licitação serão prestados nas Salas 603 a 606 do Edifício Alexandre Buaiz, localizado na Rua Florentino Ávidos, n. 502, no Centro de Vitória/ES.

4.2. O licitante vencedor poderá, antes do início do prazo do item 3.4, realizar **vistoria** no local da prestação do serviço, em dia previamente agendado com o Conselho, a fim de tomar ciência das condições do local em que serão realizadas as manutenções.

4.3. A vistoria no local de prestação do serviço poderá ser substituída por **declaração formal** assinada pelo responsável técnico do licitante, acerca do conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

5. DA CAPACIDADE TÉCNICA DO LICITANTE

5.1. A empresa deverá ser especializada em serviços de manutenção predial.

5.2. Deverá apresentar na sessão licitatória:

5.2.1. Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras ou de serviços de características semelhantes, para fins de contratação;

5.2.2. Para atendimento à capacidade técnico profissional, os profissionais indicados que farão parte da equipe técnica, deverão apresentar atestado de capacidade técnica para os serviços de manutenção predial corretiva em edificações, com as seguintes características:

5.2.2.1. Manutenção de instalações elétricas prediais de baixa e média tensão, incluindo rede aterrada e estabilizada, ou declaração equivalente;

5.2.2.2. Manutenção de instalações hidráulicas.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Realizar os serviços objeto da contratação de acordo com a legislação e normas vigentes e por profissionais capacitados e legalmente habilitados conforme preconizado na legislação pertinente.

6.2. Realizar os serviços objeto da contratação com presteza, pontualidade, qualidade e eficiência, de forma a atender integralmente as demandas do contratante.

6.3. Arcar com eventuais prejuízos causados ao contratante, pelo não cumprimento das obrigações atinentes aos serviços a serem prestados, exceto nos casos, por motivos estranhos à sua vontade, tais como: força maior comprovada, impossibilidade notória em face de instruções determinantes dos órgãos públicos, judiciais ou de classe, bem como caso fortuito.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Efetuar o pagamento dos serviços executados pela Contratada.

7.2. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

7.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências das salas indicadas no Item 1 deste Termo de Referência.

8. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS NA SESSÃO LICITATÓRIA

8.1. Por se tratar de serviços comuns, será aplicada a modalidade Pregão, na forma eletrônica, para a contratação pelo critério de julgamento pelo menor preço.

9. DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

9.1. O valor referencial máximo admitido no certame será de R\$ 11.379,99 (onze mil trezentos e setenta e nove reais e noventa e nove centavos), conforme tabela apresentada no Item 3 deste Termo de Referência.

10. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

10.1. O Contratante efetuará o pagamento após 10 (dez) dias úteis do ateste na Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho, contrato ou outro instrumento hábil, conforme o caso, por meio de Ordem Bancária, creditada na conta corrente do(a) Contratado(a), desde que o serviço tenha sido prestado integralmente, aprovado e atestado pela fiscalização do Contratante.

10.2. O Contratante seguirá a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos.

10.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o artigo 75, II, da Lei nº 14.133/21 serão efetuados no âmbito do Core-ES, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal com o ateste do recebimento definitivo.

10.4. O Core-ES reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato do atesto, o serviço não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

10.5. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Contratante.

10.6. Na Nota Fiscal emitida para o CONTRATANTE deverão constar os dados bancários para crédito/emissão da ordem bancária, contendo: código e nome do banco, número da agência (sem o dígito) e número da conta corrente (com o dígito).

10.7. Na Nota Fiscal deverá obrigatoriamente constar no campo “Observações”: o número da nota de empenho; e o número do processo.

10.8. Na efetivação do pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a IN nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e suas alterações.

10.9. No caso do(a) Contratado(a) ser optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, caso esteja indisponível o sistema de consulta disponibilizado pela Receita Federal.

10.10. Caso não seja apresentada a Declaração de optante pelo Simples Nacional, o(a) CONTRATANTE efetuará os recolhimentos, na forma da legislação, como não sendo optante pelo regime especial de tributação.

10.11. Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização e pagos em até 72 horas, a contar da sua nova aceitação, não cabendo atualização financeira sob hipótese alguma.

10.12. É vedado ao(à) Contratado(a), sob pena de rescisão do ajuste, negociar ou caucionar a Nota de Empenho recebida para fins de operação financeira, ainda que relacionada com o objeto da avença.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

10.13. Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, os pagamentos serão sobrestados e o(a) Contratado(a) será intimada a providenciar sua regularização.

10.14. Caso a situação não seja regularizada, o Contratante efetuará apenas os pagamentos devidos pelo que já houver sido executado, após o início do procedimento de rescisão unilateral da avença, em face da configuração de inexecução do ajuste, com fundamento no art. 147 ao 150, combinado com o art. 155 ao 163 da Lei 14.133/21.

11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

11.1. O prazo inicial de vigência do contrato é de 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do contrato.

11.1.1. O prazo inicial de vigência do contrato somente poderá ser prorrogado mediante apresentação de justificativa prévia e fundamentada à Administração.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida subcontratação na presente contratação pública.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

14.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

- 14.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 14.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 14.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
 - 14.2.1. advertência;
 - 14.2.2. multa;
 - 14.2.3. impedimento de licitar e contratar;
 - 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A sanção prevista no item 14.2.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 14.5. A sanção prevista no item 14.2.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.
- 14.6. A sanção prevista no item 14.2.3, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.7. A sanção prevista no item 14.2.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 14.8. A sanção estabelecida no item 14.2.4 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

14.8.1. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

14.8.2. quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

14.9. As sanções previstas nos itens 14.2.1, 14.2.3. e 14.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 14.2.2.

14.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.11. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.12. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei 14.133/21, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.13. A aplicação das sanções previstas nos itens III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/21, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.14. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

14.15. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

14.16. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

14.17. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

14.17.1. interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

14.17.2. suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

14.17.3. suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

14.18. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

14.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.20. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

14.20.1. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

14.21. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

14.21.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

14.22. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

14.22.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

14.22.2. pagamento da multa;

14.22.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

14.22.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

14.22.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

14.23. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do **caput** do art. 155 da Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

15. CONTATOS

15.1. Setor Jurídico

E-mail: juridico@core.org.br

Tel.: (27) 3223-3502

Vitória/ES, *data conforme assinatura eletrônica.*

Fábio Schneider

Fiscal do Core-ES



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

**APÊNDICE I
FOTOS PARA CONTEXTUALIZAÇÃO DO AMBIENTE**





**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**





**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**





**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**





**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**





**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**





**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**





**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**





**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA - CNPJ
ENDEREÇO COMPLETO DA EMPRESA
TELEFONE E E-MAIL PARA CONTATO**

Ao Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Espírito Santo
PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2026 - UASG 385490

A empresa... (razão social da empresa)..., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediada na ...(endereço completo da cidade)..., visando concorrer no Pregão Eletrônico nº ____/2025 do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Espírito Santo – Core-ES, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ...(nome do representante legal da empresa)..., portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº....., quem firma abaixo e se responsabiliza pela consequente assinatura de contrato, tendo examinado as condições com o pleno conhecimento das informações constantes do respectivo instrumento convocatório e seus anexos, vem, por meio desta, apresentar proposta de preços para os itens conforme quadro abaixo:

ITEM	SERVIÇO	CATSER	QUANT.	VAL. UNIT.	VAL. TOTAL
1	Diagnóstico em rede elétrica	1627	1	R\$	R\$
2	Diagnóstico em rede hidráulica	1627	1	R\$	R\$
3	Manutenção – rede elétrica	1627	1	R\$	R\$
4	Manutenção – rede hidráulica	1627	1	R\$	R\$
Valor total					R\$

Outrossim, declaramos que:

- a) Os valores são aqueles apresentados no quadro acima e o valor total global estimado para esta contratação é de R\$ _____ (_____).
- b) Aceitamos todas as condições impostas pelo Edital e seus anexos;
- c) Os serviços serão fornecidos de acordo com a qualidade, prazo e condições fixadas no Termo de Referência;
- d) Nos valores unitários desta proposta estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação e a perfeita execução do serviço;



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

- e) Esta proposta é exequível e possuímos plena capacidade de executar o objeto nos valores acima mencionados;
- f) Temos pleno conhecimento da legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, o que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento, prazo de garantia e outros;
- g) Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias; e,
- h) Estamos cientes de que, até que o Termo de Contrato seja assinado, esta Proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições do instrumento convocatório (Edital do PE nº 01/2020);
- i) Dados Bancários da Empresa:

Nº Banco:

Nº da Agência:

Conta:

Contatos poderão ser efetuados através de: Telefone: (DDD) E-mail:

Cidade/UF, dia de mês de 2025.

NOME E CARIMBO DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA
RAZÃO SOCIAL E CARIMBO DA EMPRESA



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

**ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PARA EXECUÇÃO DO
OBJETO**

Declaramos que conhecemos todas as condições locais e necessárias para a execução completa dos serviços, bem como identificamos todas as características, condições especiais e dificuldades que porventura possam existir, admitindo-se, conseqüentemente, como certo, o prévio e completo conhecimento das circunstâncias.

Declaramos, ainda, que não alegaremos, posteriormente, o desconhecimento de fatos evidentes à época da licitação para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que venha a ser definido, caso sejamos a empresa vencedora.

Local e data.

Assinatura e carimbo
Representante legal



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Processo Administrativo nº 08/2026
Pregão Eletrônico nº ____/2026

Contrato de prestação de serviço de
manutenção predial que fazem entre si o
Core-ES e a pessoa jurídica (...).

O **CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** – Core- ES, autarquia profissional, criado pela Lei nº 4.886/65, com sede à Rua Desembargador Sampaio, nº 40 – 8º andar, Praia do Canto, Vitória – ES, CEP: 29055- 250, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 28.167.864/0001-11, neste ato representado por seu Diretor-Presidente Marcelo Marino Simonetti, Representante Comercial, inscrito no Core-ES sob o nº 10.084/1990, inscrito no CPF sob o nº 812.739.247-20, ao final e assinado, doravante denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado, **(EMPRESA)**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº (...), com sede (...), administrada por (...), brasileiro(a), inscrito no CPF nº (...), doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL**, observando-se, para tanto, as disposições da Lei nº 14.133/2021 e o Termo de Referência e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial para realização de diagnóstico – com laudo e tabela de reparos/preços – e reparos nas redes elétrica e hidráulica das salas 603, 604, 605, 606 do Edifício Alexandre Buaiz, localizado na Rua Florentino Ávidos, n. 502, bairro Centro, Vitória/ES.

1.2. Os serviços deverão ser realizados em duas etapas sequenciais: fase de diagnóstico e fase de reparos.

1.3. Vinculam a presente contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. Proposta da Contratada;
- 1.3.2. Termo de Referência;
- 1.3.3. Edital do Pregão Eletrônico.

1.3. Discriminação do objeto.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

ITEM	SERVIÇO	CATSER	QUANT.	VAL. UNIT.	VAL. TOTAL
1	Diagnóstico em rede elétrica	1627	1	R\$	R\$
2	Diagnóstico em rede hidráulica	1627	1	R\$	R\$
3	Manutenção – rede elétrica	1627	1	R\$	R\$
4	Manutenção – rede hidráulica	1627	1	R\$	R\$
Valor total					R\$

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E HORÁRIOS PERMITIDOS

2.1. Os serviços deverão ser elaborados e executados de acordo com a legislação e normas vigentes e por profissionais capacitados e legalmente habilitados conforme preconizado na legislação pertinente.

2.2. Serviços a serem prestados.

2.2.1. 1ª Etapa: **Diagnóstico:**

2.2.1.1. A empresa contratada deverá realizar diagnóstico tanto na rede elétrica quanto na rede hidráulica das salas.

2.2.1.2. Após o diagnóstico, o profissional competente deverá emitir laudo/documento equivalente destacando todos os serviços necessários para garantir a plena funcionalidade das redes elétrica e hidráulica das salas.

2.2.1.3. O laudo – ou outro instrumento cabível – deverá, ainda, contemplar uma tabela de reparos, em que sejam destacados todos os reparos necessários, inclusive com apontamento do preço para cada reparo necessário.

2.3.1. 2ª Etapa: **Reparo:**

2.3.1.1. A empresa contratada deverá realizar todos os reparos apontados no(s) laudo(s) após a conclusão da 1ª etapa do serviço para garantir o pleno funcionamento das redes elétrica e hidráulica das salas.

2.4. Caso seja necessária alguma intervenção que cause muito ruído ou perturbação semelhante, considerando que se trata de Edifício Comercial e tendo em vista as limitações impostas pelo Regimento Interno do Condomínio do Edifício Alexandre Buaiz, a execução do serviço deverá se dar nas seguintes circunstâncias temporais:

2.4.1. Durante a semana, das 19h à 00h;

2.4.2. Aos sábados, das 13h às 20h; aos domingos, das 8h às 18h.

2.5. Os horários e dias deverão ser agendados previamente com o Core-ES.

2.6. Caso seja constatado que as intervenções necessárias não causarão nenhum tipo de incômodo, os reparos poderão ser realizados em horário comercial do Edifício.

2.7. Em qualquer caso, a 1ª Etapa (diagnóstico) poderá ser realizada em horário comercial do Edifício.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VISTORIA

3.1. O licitante vencedor poderá, antes do início do prazo do Item 3.4 do Termo de Referência e 5.1 deste Contrato, realizar vistoria no local da prestação do serviço, em dia previamente agendado com o Conselho, a fim de tomar ciência das condições do local em que serão realizadas as manutenções.

3.2. A vistoria no local de prestação do serviço poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, acerca do conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

4.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as previstas nos Itens 6 e 7 do Termo de Referência que vincula a presente contratação pública.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo máximo para a conclusão das etapas é de 15 (quinze) dias úteis, contador a partir da celebração do contrato.

3.4.1. A prorrogação do prazo indicado no item 3.4 só será concedida mediante prévia e fundamentada justificativa apresentada à Administração.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria: Conta 6.2.2.1.1.01.04.04.022 – Demais Serviços Profissionais; Centro de Custos 01.01.020 – Ampliar Busca de Empresas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

7.1. O valor referencial máximo admitido é de R\$ 11.379,99 (onze mil trezentos e setenta e nove reais e noventa e nove centavos).

7.2. O valor estimado global constante do Termo de Referência serve apenas para planejamento, não implicando obrigação de consumo integral;

7.3. O valor devido ao contratado decorrerá da efetiva execução dos serviços, conforme quantidades apuradas em laudo técnico emitido.

7.5. O pagamento se dará nos termos definidos no item 10 do Termo de Referência que vincula a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES E DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Esta contratação não admite o instituto da subcontratação.

9. CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. As sanções administrativas aplicáveis são aquelas previstas no Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

10.1. Eventual rescisão deste Termo de Contrato se dará na forma dos arts. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Este contrato vincula-se ao ato que autorizou a contratação direta e às demais disposições legais da Lei nº 14.133/21.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

13.1. A publicação deste Contrato será realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Espírito Santo.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante segundo as disposições contidas na Lei n. 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Espírito Santo – Justiça Federal (TRF-2).

E por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito legal, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Vitória/ES, data conforme assinatura eletrônica.

**Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Espírito Santo –
Core-ES**

Marcelo Marino Simonetti
Core-ES 10084 / CRA-ES 02740 / OAB-ES 39.580
Diretor-Presidente do Core-ES

EMPRESA

CNPJ (...)



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORE-ES**

TESTEMUNHAS